

## A Segunda Via de Mangabeira Unger

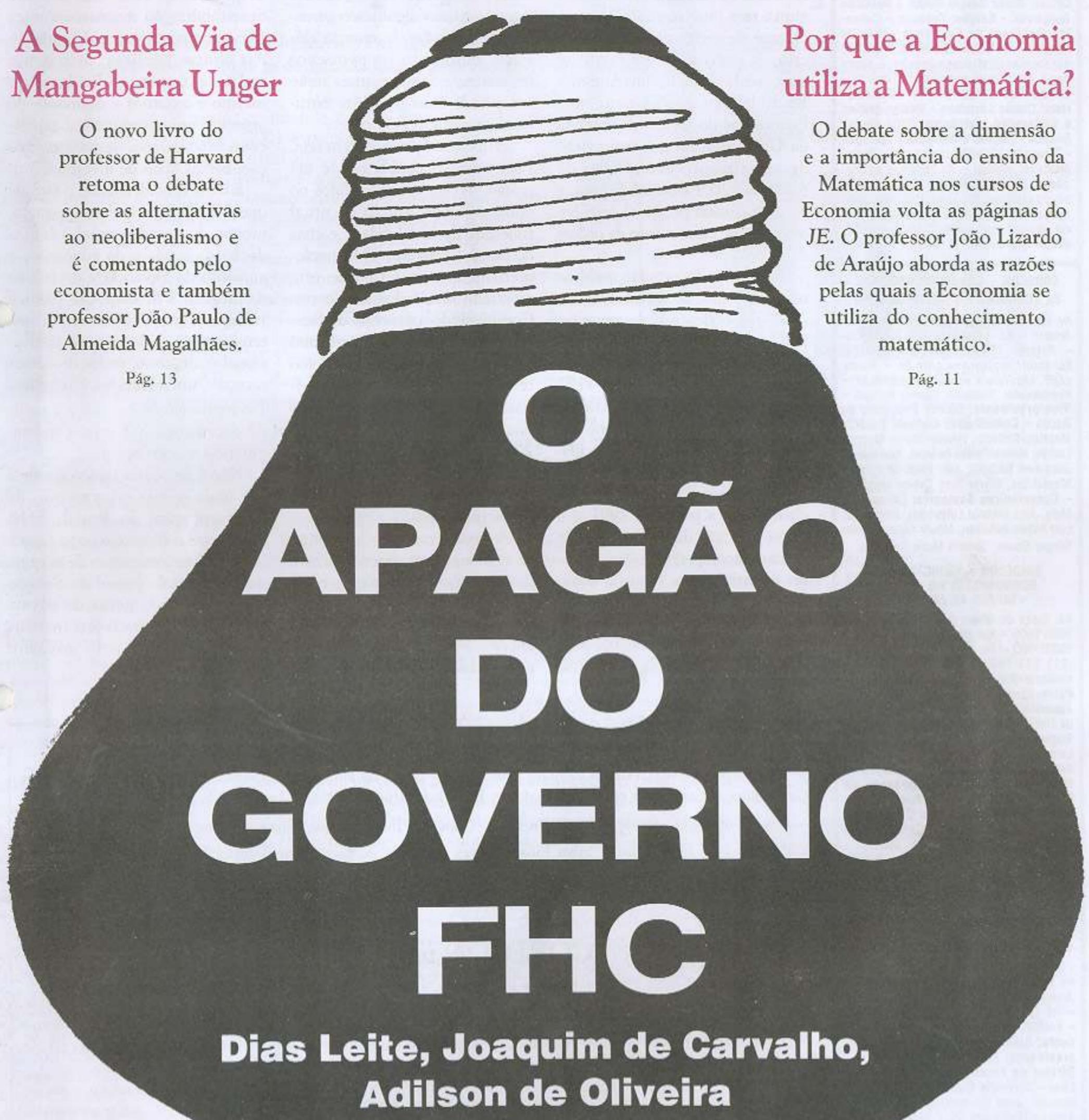
O novo livro do professor de Harvard retoma o debate sobre as alternativas ao neoliberalismo e é comentado pelo economista e também professor João Paulo de Almeida Magalhães.

Pág. 13

## Por que a Economia utiliza a Matemática?

O debate sobre a dimensão e a importância do ensino da Matemática nos cursos de Economia volta as páginas do JE. O professor João Lizardo de Araújo aborda as razões pelas quais a Economia se utiliza do conhecimento matemático.

Pág. 11



# O APAGÃO DO GOVERNO FHC

**Dias Leite, Joaquim de Carvalho,  
Adilson de Oliveira  
e S. Pascotto**

# INB pune cinco dirigentes sindicais

João Manuel Gonçalves Barbosa \*

A direção da INB puniu cinco funcionários, todos dirigentes sindicais, suspensos ou advertidos após solicitarem intermediação da Procuradoria do Trabalho, para inclusão no Acordo Coletivo de cláusulas sobre Saúde, Segurança e Proteção ao Meio Ambiente

A gestão do Programa Nuclear Brasileiro tem sido associada a queixas e problemas envolvendo desde danos aos cofres públicos a riscos ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e da população. Na Indústrias Nucleares do Brasil (INB - sucessora da Nuclebrás), a malversação e a condução equivocada de projetos são recorrentes.

Esta empresa encontra-se atualmente vinculada ao ministério de Ciência e Tecnologia, mas subordinada aos interesses estratégicos da Marinha de Guerra Brasileira. E tem se caracterizado pelo uso intensivo de medidas administrativas ilegais, com o seguido recurso a intimidações, punições e outras formas de violência para cercear a liberdade de seus empregados.

Os atuais ministros da Justiça e da Ciência e Tecnologia estão entre os que já tomaram pleno conhecimento da má gestão e de desvios de conduta na gestão do bem público, em audiência com dirigentes sindicais. No vasto elenco de complexos problemas apresentados - dentre eles a, até hoje não explicada, perda de toda

a Reserva Estratégica Brasileira de Urânio, em uma negociata internacional - é possível listar desde os interesses envolvendo a INB com o projeto de enriquecimento de urânio da Marinha de Guerra, até os armazenamento de substâncias tóxicas.

*Não são poucas as irregularidades: liberação de toneladas de gás freon e amônia para o meio ambiente em Itatiaia (RJ); abandono, a céu aberto, de material radioativo em Caldas (MG); abandono de urânio e tório radioativos em Interlagos SP); enterro clandestino de composto contendo urânio, tório e mesotório em Caldas; enterro clandestino de material radioativo em Buena (RJ); e vazamento da bacia de rejeito em Caetité (BA)*

Não são poucas as irregularidades: liberação de toneladas de gás freon e amônia para o meio ambiente em Itatiaia (RJ); abandono, a céu aberto, de material radioativo em Caldas (MG); abandono de urânio e tório radioativos em Interlagos SP); enterro clandestino de composto contendo urânio, tório e mesotório em Caldas; enterro clandestino de material radioativo em Buena (RJ); e vazamento da bacia de

rejeito em Caetité (BA). Além desses itens, o aumento abusivo de remuneração da diretoria da empresa, perpetrado em causa própria, e sem o correspondente reajuste dos demais setores laborais.

Nos últimos dias, possivelmen-

te visando a intimidação dos que têm denunciado a problemática gestão da INB, a direção da empresa puniu cinco funcionários, todos dirigentes sindicais. Foram suspensos ou advertidos dirigentes de três sindicatos, entre eles, um do Sindicato dos Economistas do Rio, logo após terem solicitado intermediação da Procuradoria Regional do Trabalho da 1ª Região, na tentativa de fazer incluir no Acordo Coletivo cláusulas

sobre Saúde, Segurança e Proteção ao Meio Ambiente e, em seguida, promovido Assembléias Gerais - legalmente convocadas. Foram aprovadas, por ampla maioria, as propostas recusadas pela direção da empresa, entre elas, a que delimita responsabilidades em relação ao início das operações de enriquecimento de urânio pela Marinha de Guerra, em instalações civis às margens do rio Paraíba do Sul.

A um histórico marcado por omissões e morosidade na adoção das medidas necessárias para assegurar plenas garantias a trabalhadores, população e meio ambiente, assim como pela falta de transparência em seus procedimentos de gestão, os recentes acontecimentos demonstram que a direção da INB avança na tentativa de silenciar, pela força, vozes preocupadas com o bem estar de pessoas, a preservação da natureza e a probidade da administração da empresa.

\* João Manuel Gonçalves Barbosa é coordenador de Relações Sindicais do Sindicato dos Economistas do Rio e Conselheiro Efetivo do CORECON-RJ.

JORNAL DOS ECONOMISTAS RJ  
CORECON-RJ - SINDECON-RJ - IERJ

PORTE PAGO  
DR/RJ  
PRT 0735/2000



IMPRESSO

Entregue aos Correios até 29.06.2001



# As raízes da crise do sistema elétrico

Joaquim Francisco de Carvalho \*

O sistema hidroelétrico brasileiro é como uma mina, de um lado jorra água de outro sai dinheiro

São inaceitáveis as explicações oferecidas pelo presidente da República, para fugir à responsabilidade pelo fracasso de sua política energética. Não é correto dizer que a culpa é de administrações precedentes, que não fizeram os investimentos; ou de São Pedro, que não faz chover nos reservatórios das hidroelétricas; ou do povo, que não economiza eletricidade.

O único Pedro dessa história é o ministro Pedro Malan, cuja idéia fixa, anunciada à exaustão pelos jornais desde seus tempos de Banco Central, sempre foi a de "fazer o dever de casa", encomendado pelo FMI e pelo Banco Mundial, ou por grupos ali influentes.

Para identificar as causas do fracasso, é importante lembrar que, em 60 anos (1900 a 1960), os grupos estrangeiros e as empresas privadas nacionais que dominavam o setor elétrico instalaram uma capacidade total de apenas

3.500 MW. Os controladores do sistema não se interessavam por expandi-lo, sufocando o desenvolvimento da economia.

Por isso – não por motivos ideológicos – o Estado, ainda na gestão do presidente Juscelino Kubitschek, foi levado a aplicar gigantescos fundos públicos no setor, atendendo inclusive a insistentes apelos do empresariado industrial. A partir daí, graças àquela "estatização pragmática", o sistema expandiu-se rapidamente, atingindo cerca de 60.000 MW de capacidade instalada, em 1995.

Em meados da década de 80 (governo Sarney), levados pelos ventos de uma dogmática globalização, diversos grupos internacionais (af incluídos bancos, corporações e até empresas estatais de outros países, como a francesa EDF), passaram a se interessar seriamente por expandir mercados e aumentar seu poder no Brasil, com especial cobiça pelo sistema hidroelétrico.

Ele é uma espécie de "mina de dinheiro", onde a eletricidade é gerada quase de graça, pois as usinas já estão contabilmente amortizadas, e são movidas pelo fluxo das águas, que não custa nada. Pode-se mesmo afirmar metaforicamente que, em nossas hidroelétricas, entra água de um lado e jorra dinheiro do outro.

Com forte apoio do FMI e do Banco Mundial, aqueles grupos, institucionalmente respaldados pelos respectivos governos, exerceram fortes pressões políticas e econômicas sobre as chamadas *élites dirigentes* brasileiras (governantes, jornalistas, empresários, intelectuais, etc.), para afrouxar o controle da sociedade local, garanti-

*"Avultaram, no cenário financeiro nacional, bancos e corretoras até então desconhecidos do público brasileiro, porém conhecidíssimos de altos "executivos" do governo, muitos dos quais são hoje diretores, senão sócios, de alguns desses bancos e corretoras"*

do pelas empresas estatais, sobre o imenso potencial econômico substancializado na produção, transporte e distribuição de energia.

A bem da verdade, deve-se dizer que o setor elétrico brasileiro começou a ser abalado na década de 80, por força de duas medidas tomadas pelas autoridades da área econômica, nos governos Figueiredo e Sarney. A primeira foi o virtual confisco de fundos da Conta de Resultados a Compensar, de valor equivalente a cerca de US\$ 28 bilhões. Por lei, tais fundos deveriam compensar as estatais do setor elétrico, pelo prejuízo que lhes fora imposto com o achatamento das tarifas de eletricidade, usadas como instrumento de política monetária, visando o controle da inflação.

A outra medida foi a resolução nº 1.464, do Conselho Monetário Nacional, que seguindo diretrizes do FMI proibiu os bancos oficiais (BNDES, Banco do Brasil e bancos estaduais) de apoiarem financeiramente as estatais do setor elétrico, em seus projetos de expansão.

Obrigadas a apelar para a banca privada, algumas estatais, sob direção mais "política" do que técnica, contraíram de certos bancos de investimento vultosos empréstimos, a juros muito superiores à rentabilidade do sistema elétrico. Como era previsível, as estatais endividaram-se em bola de neve e seus lucros, em vez de serem reinvestidos na expansão e modernização do sistema, passaram a ser transferidos para intermediários financeiros e atravessadores de todo tipo.

## Os barões da privatização

Avultaram, então, no cenário financeiro nacional, bancos e corretoras até então quase desconhecidos do público brasileiro, porém, conhecidíssimos de altos "executivos" do governo, muitos dos quais são hoje diretores, senão sócios, de alguns desses bancos e corretoras: Fator, Matrix, Opportunity, Bozzano, Marka, Vector, Garantia, Dresdner-Kleinworth & Benson, J. P. Morgan, Pactual, Merrill Lynch, etc.

Todos regalaram-se com o dinheiro que deveria ter ido para os projetos de expansão do sistema elétrico. Por curiosa e estranha coincidência, aqueles sucessos – que reverberam até hoje – lembram nomes como Fritsch, Zendron, Tadini, Dantas/Arida/Landau, Cacciola, Ganem, Rezende/Mendonça, Alqueres, Pio Borges e muitos mais.

Foi aí que a região de Petrópolis-Araras-Itaipava, onde os mais célebres desses "Barões das Privatizações" fizeram construir ou compraram suntuosas mansões, equipadas com adegas recheadas de jeropigas capitosas, passou a ser conhecida como o "Triângulo das

*"O setor elétrico começou a ser abalado na década de 80, por força de duas medidas tomadas nos governos Figueiredo e Sarney: o virtual confisco de fundos de US\$ 28 bilhões e a Resolução 1.464, do CMN, que nas diretrizes do FMI proibiu os bancos oficiais (BNDES, Banco do Brasil e bancos estaduais) de apoiarem as estatais do setor elétrico, em seus projetos de expansão"*

Bermudas" das rendas do setor elétrico; triângulo que, ao que se diz, tem um pólo no Jardim Pernambuco, no Rio, e um homotético em São Paulo, com vértices em Ibiúna e em ricas fazendas de criação de cavalos de salto.

A penúria em que o governo lançou as estatais foi aproveitada, durante a gestão Collor/PC Farias, em campanhas publicitárias destinadas a convencer a sociedade de que todos os males do Brasil eram causados pelas empresas estatais. Mobilizaram-se os meios de comunicação em delirantes operações de "lavagem cerebral", muitas das quais pagas pelo BNDES - lembrem-se do "elefante estatal", que entrava pelas casas adentro e destruía tudo?

Na época, os principais jornais e emissoras de televisão, em sintonia com importantes figuras do próprio governo, arquitetavam argumentos tais como: "as privatizações são necessárias porque as estatais não têm recursos para expandir o sistema", ou: "com as privatizações, o governo obterá os recursos de que precisa para abater a dívida pública e equilibrar o endividamento externo".

Eram argumentos tolos e cínicos,

mas certos "colunistas econômicos de aluguel", que se deleitam com desempenhar o papel de esbirros do FMI e de grupos poderosos, repetiam-no em uníssono, a qualquer pretexto.

Seria o caso de uma CPI?

O golpe de misericórdia veio quando a atual administração, sempre encabrestada pelo FMI, decidiu que as estatais não mais poderiam investir em projetos de expansão, já que tais investimentos agravariam o déficit público...

Em 1991, comecei a escrever artigos para alguns jornais do Rio e São Paulo, lembrando que não foram grupos privados, mas sim o Estado, que investiu na construção de

nosso sistema elétrico, pois os investidores estrangeiros aqui chegam para comprar o que já existe, cobrar tarifas e remeter lucros; não para investir na expansão e modernização de nossa infra-estrutura. Naqueles artigos eu insistia na óbvia previsão de que, se o sistema fosse privatizado, dali a poucos anos teríamos problemas de suprimento de eletricidade.

*"Fator, Matrix, Opportunity, Bozzano, Marka, Vector, Garantia, Dresdner-Kleinworth & Benson, J. P. Morgan, Pactual, Merrill Lynch, etc. lembram nomes como Fritsch, Zendron, Tadini, Dantas/Arida/Landau, Cacciola, Ganem, Rezende/Mendonção, Alqueres, Pio Borges e muitos mais"*

Por outro lado, era evidente que as privatizações não reduziriam a dívida pública, já que seriam feitas preponderantemente com dinheiro do BNDES (só em 1998 o BNDES repassou mais de R\$ 5 bilhões do Fundo de Amparo aos Trabalhadores para os novos proprietários das estatais privatizadas). E era previsível que os saldos devedores seriam

amortizados com as próprias receitas das estatais privatizadas, todas altamente lucrativas.

Não é pois surpreendente que, durante o atual governo, a dívida interna tenha saltado de R\$ 60 bilhões para R\$ 570 bilhões, e a externa de US\$ 120 bilhões para US\$ 260 bilhões. Na verdade, o que o governo já arrecadou e ainda pretende arrecadar com a privatização do que sobrou do patrimônio público, mal dará para cobrir por alguns meses os juros dessa dívida. E depois?

Em suma, era fácil antever tudo o que está acontecendo com nosso sistema elétrico; como agora é fácil prever que se o governo insistir na privatização do que resta desse sistema (Furnas, Cesp-

*"Era fácil antever tudo o que acontece no sistema elétrico; como agora é fácil prever que se o governo insistir na privatização do que resta desse sistema, o Brasil mergulhará numa crise de abastecimento de eletricidade que levará muito tempo para ser superada."*

*O país regredirá a um estágio industrial "pré-juscelinista", do qual só emergirá quando (e se) o setor elétrico for reestatizado"*

Paraná, Copel, Cemig, Cesp e Eletronorte), o Brasil mergulhará numa crise de abastecimento de eletricidade que levará muito tempo para ser superada. Em consequência disso, o país regredirá a um estágio industrial "pré-juscelinista", do qual só emergirá quando (e se) o setor elétrico for reestatizado.

O desprezo dos "gênios" (e genros) da área energética é patente e a inépcia da equipe econômica é indiscutível. Mas não acredito que sejam as causas únicas da alhada em que estamos metidos: parece-me claro que alguém prevaricou, ou incorreu em crime de responsabilidade.

Não seria o caso de se criar uma CPI só para investigar esse escândalo?

Joaquim Francisco de Carvalho, licenciado em física e mestre em ciências de engenharia, foi coordenador do setor industrial do Ministério do Planejamento, secretário geral da FINEP e engenheiro da CESP. Atualmente é consultor no campo da energia e membro do Conselho Consultivo do Instituto de Desenvolvimento Estratégico do Setor Elétrico - ILLUMINA.

#### Capitalismo mundial

Charles Albert Michal

Preço com desconto: R\$ 18,55

#### Japão: o capital se faz em casa

Barbosa Lima Sobrinho

Preço com desconto: R\$ 19,60

#### Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico

Celso Furtado

Preço com desconto: R\$ 20,30

#### 3º Setor: desenvolvimento social sustentado

Ruth Cardoso

Preço com desconto: R\$ 15,05

## A EDITORA PAZ E TERRA

está oferecendo os livros abaixo, com descontos de 30% sobre o preço de capa, desde que sejam adquiridos no Conselho Regional de Economia-RJ. Trata-se de um convênio realizado entre uma grande editora e um órgão de representação da categoria, com o intuito de ofertar obras com vantagens e permitir o acesso de economistas e títulos de abrangente importância para a nossa formação. Entre em contato com o Corecon-RJ (Biblioteca) para aproveitar os descontos oferecidos por uma editora nascida da resistência democrática, que há 33 anos trabalha em defesa da liberdade, do pensamento e do direito ao diálogo.

#### Os fluxos financeiros na América

Latina - um Desafio ao Progresso

284p., Ricardo Ffrench-Davis e

Stephany Griffith-Jones (organiz.)

Preço com desconto: R\$ 19,95

#### Desordem do Progresso:

o fim da era dos economistas e

a reconstrução do futuro

Cristovam Buarque

Preço com desconto: R\$ 16,80

#### O Que é Globalização

Preço com desconto: R\$ 21,00

#### ABC da Dívida Externa

Celso Furtado

Preço com desconto: R\$ 9,10

#### Globalização e desnacionalização

Reinaldo Gonçalves

Preço com desconto: R\$ 16,80

#### Dialética Marxista, Dialética Hegeliana - a Produção Capitalista como Circulação Simples, 192p.

Ruy Fausto

Preço com desconto: R\$ 16,10



# Anamnésia da crise do setor elétrico

S. Pascotto \*

Afora as tarifas praticadas nos anos 80, o setor sofreu ainda a inadimplência intersetorial pelo uso político do caixa das concessionárias

**N**a luta contra a ditadura militar, amplos setores da sociedade brasileira reivindicavam a democratização das empresas públicas, com a criação de mecanismos de controle social da gestão, colocando fim ao assenhoreamento do Estado pelos grupos econômicos cartelizados, que influíam violentamente na definição do programa de obras a ser executado pelo setor elétrico.

As elites ligadas ao sistema financeiro internacional iniciaram na década de 80, com o auxílio dos governos de plantão, os ataques orquestrados ao setor público e ao setor elétrico brasileiro, com a eliminação de recursos fiscais e a proibição ao BNDES de concessão de empréstimos às empresas estatais.

Aliados ideológicos desta ofensiva, na segunda metade da década de 80, alguns profissionais próximos à aposentadoria – ou prestes ao desligamento por já disporem de firmas de consultoria – e determinados políticos começaram com discursos cada vez mais freqüentes no interior das empresas, em seminários, congressos e na mídia. Diziam que "...o setor elétrico precisa ser modernizado"; ou que "...A estrutura do setor elétrico brasileiro e os atuais problemas dela advindos são reflexos das premissas que, nas décadas de 60 e 70, fundamentaram sua própria criação. Calcadas na visão de que a solução dos problemas energéticos do país deveria ser orientada no sentido da segurança nacional"; ou ainda que "... é um atentado aos interesses da sociedade a fixação em lei da taxa de remuneração do setor elétrico entre 10 e 12%".



*"Violaram leis e desencadearam um verdadeiro 'narco-dinheiro-duto', que ia desde a privatização corrupta de empresas estatais à proliferação de pequenos bancos usados para lavagem de dinheiro e o envio de dólares para territórios mais protegidos no exterior"*

A vitória de Collor significou um novo estilo de tomada em assalto do Estado brasileiro, com a proliferação de grupelhos e oportunistas, que se auto-intitulavam "modernos" e que certos da impunidade violaram leis e desencadearam um verdadeiro "narco-dinheiro-duto", que ia desde a privatização corrupta de empresas estatais à proliferação de pequenos bancos usados para lavagem de dinheiro e o envio de dólares para territórios mais protegidos no exterior.

## A natureza da crise

A crise do setor elétrico é destaque na mídia no início dos anos 90, sendo marcada por uma polêmica entre os técnicos ligados ao setor elétrico e os representantes do governo Collor.

O secretário nacional de energia, Armando Araújo, funcionário licenciado do Banco Mundial, uma agência de créditos no exterior, credora do Brasil, na perspectiva de cumprir as orientações de seus patrões, afirmava que a crise do setor era estrutural, fruto de

um modelo que estava obsoleto.

Os técnicos respondiam que a crise era de natureza econômico-financeira, resultante da omissão de muitos homens públicos, que serviais e bajuladores da autoridade de plantão trataram de usar do autoritarismo para imobilizar o corpo técnico, que nunca dispôs de instrumentos ou mecanismos que informassem à população das constantes violações do planejamento, notadamente no cronograma de execução de obras, e da utilização do setor elétrico no favorecimento de pessoas ou grupos econômicos.

Afora as tarifas praticadas na década de 80, que sequer asseguravam a remuneração do investimento, o setor sofreu ainda com a brutal inadimplência intersetorial, consequência da utilização por parte de alguns governadores do caixa das concessionárias estaduais, para executar obras estranhas às suas finalidades.

O governo Collor absorveu de forma oportunista as sugestões para o saneamento financeiro das empresas, apresentadas pelos técnicos do setor em documentos amplamente divulgados pelas associações de empregados e sindicatos, e paralelamente iniciou um processo de "reestruturação" das diretorias, marcado pela eliminação das áreas de estudo que alimentavam o planejamento, pela desarticulação das equipes técnicas, criação de listas com trabalhadores em disponibilidade que deveriam aceitar as propostas de demissão "incentivada", arrocho salarial e ainda pela eliminação de direitos historicamente conquistados pelos trabalhadores.

O discurso da privatização reapareceu como uma panacéia para os problemas, ignorando-se que

durante 72 anos (1890/1962) o setor foi controlado pelo capital estrangeiro, através dos grupos Brascan, proprietário da Light, que atuava no eixo Rio-São Paulo, e Amforp, que atuava em outros estados. A capacidade instalada em todo este período não ultrapassou os 6 milhões de KW.

A criação da Eletrobrás, em 1962, tinha como desafio a superação do estrangulamento existente na oferta de energia elétrica, insumo fundamental para o desen-

"O discurso da privatização reapareceu como uma panacéia para os problemas, ignorando-se que durante 72 anos (1890/1962) o setor foi controlado pelo capital estrangeiro. A capacidade instalada em todo este período não ultrapassou os 6 milhões de KW"

volvimento sócio-econômico do país e para o combate das desigualdades regionais. Trabalhando de forma articulada com as empresas geradoras e distribuidoras, foi possível executar de forma competente e otimizada o financiamen-

to e o planejamento físico e econômico-financeiro da expansão e operação do sistema elétrico, que permitiu em apenas 40 anos acrescentar 62 milhões de KW ao sistema.

O PSDB e o então senador Fernando Henrique participaram dos depoimentos e discussões nas diferentes audiências públicas realizadas na Câmara Federal e no Senado, mas optaram junto com o PFL e o restante da base aliada no Congresso dar continuidade à estratégia de fragilização das concessionárias e destruição do modelo de funcionamento do setor.

### Esvaziamento da Eletrobrás

Eliminados a equalização tarifária e o regime de remuneração garantida (remuneração legal entre 10% e 12%), e com o fim da definição do valor das tarifas pelo custo, o capital estrangeiro, como previsto nos documentos divulgados pelos trabalhadores, comprou as empresas mais lucrativas - Light, Escelsa, Eletropaulo, CPFL, CESP, CERJ, Gerasul, sendo parte dos recursos para compra financiada pelo BNDES, apropriando-se dessa forma dos volumosos fluxos de caixa destas empresas, auferindo ganhos astronômicos.

A Eletrobrás sofreu uma brutal rotatividade de dirigentes, a grande maioria "neófitos", que preocupados fundamentalmente com a permanência nos cargos reduziram o quadro funcional da empresa e seu corpo técnico de 2.432

empregados, em 1990, para 750, em 2000. Desiduosos, a maioria desses dirigentes ficou indiferente ao esvaziamento de suas diretorias e da empresa, não se preocupando com o abismo que estavam mergulhando o setor elétrico e o país.

Esta crise que impõe sacrifícios, taxas maiores de desemprego e prejuízos ao pequeno e médio industrial, ao comerciante, ao agricultor e à imensa maioria da população poderá ter como desdobramento, com os anunciados aumentos das tarifas, taxas ainda maiores de lucros para os especuladores estrangeiros, atuais donos das empresas de energia.

Está aberta nova temporada de operação abafa, de cinismo, de tentativa de manipulação do poder judiciário, de uso do dinheiro público em ofensiva publicitária, direta e indireta, particularmente nos horários nobres da mídia televisiva, na tentativa de minimizar a responsabilidade do governo federal ante os apagões.

O diabo mostrou o rabo. O senhor Fernando Henrique, seus ministros e aliados, que invadiram nossas casas durante todos esses anos nos noticiários da televisão, defendendo a privatização, a entrega de nossas empresas e riquezas ao capital estrangeiro, com promes-

"Esta crise que impõe sacrifícios, desemprego e prejuízos ao pequeno e médio industrial, ao comerciante, ao agricultor e à imensa maioria da população poderá resultar em maiores de lucros para os especuladores estrangeiros"

sas de tornar o Brasil um país moderno, com melhor qualidade de vida para todos, estão impondo o retrocesso, o abandono dos equipamentos elétricos, definindo aumento de tarifas, multas, suspensão de fornecimento de energia, e ainda acusam de impatriotas os que não colaborarem.

O irresponsável governo e seus sócios não cumpriram com suas obrigações, não fizeram os investimentos necessários para que o país dispusesse de energia em quantidade e qualidade e, agora, determinam que a população pague a conta.

\* S. Pascotto é economista, Mestre em Planejamento Energético pela COPPE/UFRJ, Vice-Presidente do CORECON/RJ, Coordenador Geral do SINDECON/RJ.

A Editora Record está oferecendo os livros abaixo, com **desconto de 30%** sobre o preço de capa, desde que sejam adquiridos no Conselho Regional de Economia - RJ. Trata-se de um convênio firmado entre uma grande editora e um órgão de representação dos economistas, com o intuito de ofertar obras com vantagens e permitir à categoria o acesso a títulos de abrangente importância para a sua formação.

Os interessados devem ligar para a Biblioteca Eginardo Pires, no Corecon/RJ.  
Horário de funcionamento:  
de segunda a sexta, das 13h às 17h.  
Telefone: (21) 232-8178.

## LIVROS COM DESCONTO

- **O mercado de derivativos financeiros** - Octavio Bessada - R\$ 17,50
- **Cinquenta anos de pensamento da CEPAL** - (volumes I e II) - organizado por Ricardo Bielschowsky - De: R\$ 40,00 Por: R\$ 28,00 (cada)
- **Episódios da história monetária** - Milton Friedman - R\$ 14,70
- **Aspectos morais do crescimento econômico** - Barrington Moore Jr. - De: R\$ 28,00 por: R\$ 19,60
- **Falso amanhecer** - John Gray - De: R\$ 28,00 Por: R\$ 19,60
- **Destruição não criadora - Memórias de um mandato popular contra a recessão, o desemprego e a globalização subordinada** - Maria da Conceição Tavares - De: R\$ 28,00 Por: R\$ 19,60
- **Por uma outra globalização** - Milton Santos - De: R\$ 20,00 Por: R\$
- **O mercado futuro e de opções** - Octavio Bessada - De: R\$ 25,00 por: R\$ 17,50 14,00
- **O livro negro do capitalismo** - Organizado por Gilles Perrault - De: R\$ 45,00 Por: R\$ 31,50



**Mundo em descontrolado**  
de R\$ 18,00 por R\$ 12,60

**A terceira via**  
de R\$ 25,00 por R\$ 17,50



# Crise elétrica: luz no fim do túnel?

Adilson de Oliveira \*

Se conseguirmos chegar ao verão sem apagões, o problema terá mudado de dimensão mas não terá desaparecido

A crise no suprimento elétrico pegou o governo despreparado. Apesar de seguidamente anunciado pelos técnicos setoriais, o núcleo duro do governo não mostrou sensibilidade para o problema e, infelizmente, os investimentos necessários para manter a reserva de capacidade suficiente para os períodos de estiagem não se consubstanciaram. Paulatinamente, os vastos reservatórios do sistema hidrelétrico foram drenados para compensar a falta de investimentos na expansão.

O país não tem outra alternativa senão a redução do seu consumo de eletricidade. Como consequência, a atividade econômica entrou em novo período de incerteza e marasmo, podendo-se visualizar elevados custos sociais no futuro imediato. A dimensão das perdas provocadas pela crise elétrica depende evidentemente da profundidade e da duração do período de restrição no consumo. Porém, as medidas adotadas pelo governo para superar a crise, particularmente a distribuição da redução no consumo entre os consumidores, não serão menos importantes.

Não é nada simples estimar a necessidade de corte no consumo. No curto prazo, tudo depende do comportamento das chuvas nos próximos meses. Como não há otimismo entre os meteorologistas, não é razoável assumir mais riscos. Nas regiões Sudeste e Centro-Oeste, a redução de 20% no consumo permitirá manter o sistema operacional até o início do período das chuvas de verão, mesmo que a pluviometria dos próximos meses se situe no patamar atual (cerca de 75% de sua média histórica).

Já na região Nordeste, a situação é muito preocupante, pois a afluência de água aos reservatórios está abaixo de seu menor nível histórico (61% da média); há uma



*"O governo concentrou sua atenção nos mecanismos que incitam à redução do consumo mas não ousou tocar nos preços pagos pelas distribuidoras"*

razoável probabilidade de ser necessário aumentar o nível de redução no consumo do Nordeste nos próximos meses, mesmo que parte do suprimento normal da região Norte seja destinada a essa região. Outubro e novembro serão os meses críticos para garantir o suprimento, pois a temperatura se eleva e a atividade econômica cresce para atender as vendas de fim de ano.

Se conseguirmos chegar ao verão sem apagões, o problema terá mudado de dimensão mas não terá desaparecido. As chuvas deverão afastar a possibilidade de apagões, porém, será necessário manter a restrição ao consumo. Apesar de muitas novas usinas terem sido anunciadas, poucas foram efetivamente iniciadas até o momento e estas só começarão a produzir energia de forma regular a partir do segundo trimestre de 2002.

## O problema dos preços

Portanto, será necessário esperar o início de maio do próximo ano para avaliar a possibilidade de reduzir as metas de contenção do consumo. Caso São Pedro seja clemente e as novas usinas comecem a operar sem problemas, as metas poderão ser revistas mas, muito dificilmente, será possível liberar o consumo, pois teremos que recuperar os reservatórios para não voltarmos a correr o risco de apagões. Em outras palavras, para que o problema mude de natureza é essencial uma forte ampliação da capacidade de geração nos próximos três anos. No mínimo, será necessário colocar em funcionamento 12 GW adicionais nesse período para podermos olhar o futuro com tranquilidade.

A retomada dos investimentos na infra-estrutura elétrica depende, em larga medida, da resposta do governo à crise atual. Até o momento, o governo tem concentrado sua atenção nos mecanismos que incitam à redução do consumo mas, surpreendentemente, não ousou tocar nos preços pagos pelas distribuidoras pela energia que adquirem atualmente dos geradores (energia velha).

A ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) estima que o preço da energia gerada pelas novas centrais se situa em cerca de R\$ 76,00/MWh, enquanto as distribuidoras estão pagando entre R\$ 42,00/MWh e R\$ 48,00/MWh pela energia velha. A partir de 2003, os contratos atuais entre geradores e distribuidores começarão a perder vigência em parcelas cumulativas de 25%. Obviamente, o preço da energia velha deverá se alinhar com o preço da energia nova. Vale dizer, o preço da energia velha deverá sofrer aumentos reais de aproximadamente R\$ 8,00 ao ano no período 2002/2006.

A antecipação desses aumentos de preço daria um claro e definitivo sinal para os consumidores intensivos em energia de que o tempo da eletricidade subsidiada passou. Hoje, esses consumidores pagam cerca da metade do preço pago pelos demais consumidores pelo seu suprimento energético. Eles representam cerca de 20% do consumo de eletricidade do país e o valor econômico que eles agregam a cada KWh consumido é cerca de um décimo da média da economia. Portanto, é neles que deve ser concentrado o esforço de redução do consumo para minimizar o custo social e econômico da crise.

O aumento tarifário deverá produzir um lucro extraordinário, não previsto nos contratos de concessão das geradoras. Como tal, ele deveria ser taxado e canalizado para um fundo de financiamento da expansão. Seriam cerca de R\$ 900 milhões anuais que viabilizariam um programa agressivo de obras, que se tornaram indispensáveis para vencermos o mais rapidamente possível a restrição na oferta de eletricidade.

Obviamente, não basta apenas elevar as tarifas. É fundamental reconhecer que as regras adotadas para o mercado atacadista de eletricidade geram riscos elevados que inibem o investimento privado e provocam uma desnecessária elevação nas tarifas elétricas. Particularmente relevante é a definição de novas regras que permitam às centrais térmicas operarem, tirando o máximo proveito da energia hidráulica disponível nos períodos de pluviometria elevada. Somente desta forma, o suprimento elétrico poderá, com o tempo, voltar a ser uma vantagem competitiva da economia brasileira.

\* Adilson de Oliveira é professor do Instituto de Economia/UFRJ - Grupo de Energia.



## Antonio Dias Leite

# “O Brasil não tem uma estratégia nacional de desenvolvimento”

Aos 81 anos e aposentado do quadro docente da UFRJ, o professor e economista Antonio Dias Leite tem uma opinião que pode ser explicitada nesta sentença breve: o Brasil não tem uma estratégia nacional de desenvolvimento. Ministro de Minas e Energia de 1969 a 74, foi antes assistente do ministro da Fazenda Santiago Dantas, em 1963, e presidente da Companhia Vale do Rio Doce, de 1967 a 69. Em fins do ano passado, foi chamado à Presidência da República para uma conversa, a sós, com Fernando Henrique. Durou mais de uma hora e Dias Leite deixou no Planalto um documento de análise e sugestões, elaborado a partir da troca de idéias que teve com duas dezenas de economistas e pensadores da realidade brasileira. Foi sua segunda visita ao Palácio e, assim como a primeira, dela não resultou qualquer desdobramento. A seguir a entrevista que concedeu ao Jornal dos Economistas.

Jornal dos Economistas - O sr. acha que o governo tem atuado bem como coordenador e regulador dos serviços públicos?

Antonio Dias Leite - Se essa pergunta fosse feita há dias atrás, não teria uma resposta tão objetiva quanto hoje; agora que se vê o desastre do setor elétrico. De fato, a modificação que se pretendeu fazer foi muito ousada. Fizemos uma revolução com essa mudança na função de Governo, muito difícil de ser administrada. Fora isso, houve muita incompetência também. Na área técnica do Ministério das Minas e Energia houve um abandono dos profissionais, que embora vindos de um outro regime detinham o conhecimento das questões. E houve uma influência muito grande de designações políticas, tudo isso concorrendo para uma ação insatisfatória dos órgãos recém criados.

JE - É verdadeira a informação de que a Eletrobrás teria recursos para fazer investimentos e não o fez por que o entendimento é de que seria uma despesa, aumentando o déficit público?

Dias Leite - É a pura verdade. Eu falei da incompetência específica do setor elétrico, mas há também falta de coordenação e de entendimento entre a área específica de energia e a área financeira, obcecada com problemas como equilíbrio fiscal e compromissos por ela assumidos a nível internacional, de metas de déficit e inflação. Um dos pontos necessários para se cumprir essas metas era reduzir os investimentos das empresas estatais, que eram computados como déficit. Então, a Eletrobrás foi reunindo recursos, Furnas também, não sei exatamente se o mesmo ocorreu na Chesf, mas foram recursos substanciais que ficaram esterilizados enquanto eram necessários investimentos pelo menos no sistema de transmissão. Mas isso não era tão vital assim, aos olhos dos reformadores. A linha de reforço Sul-Sudeste, por exemplo, estava prevista há quase dez anos. Furnas negociou empréstimo do BID, sem obter aprovação pelo ministério da Fazenda, para construir a linha. Não se fez e agora estamos nesta situação.

JE - Mas o governo não tem assumido a sua responsabilidade e o

problema ficou com a sociedade para resolver.

Dias Leite - Mas a sociedade está se comportando muito melhor. Está tratando do problema brasileiro. Ela não está dando apoio ao governo. Ela está se prontificando a ajudar a solução de um problema nacional. O governo está com essa declaração de que não tinha conhecimento, o que é totalmente inaceitável.

JE - Em seu trabalho encaminhado à presidência da República o sr. afirma que o país precisa crescer entre 6% e 8%. Agora com a crise o que o sr. acha?

Dias Leite - A crise na energia elétrica veio apenas colocar claro que não existe uma estratégia nacional centrada na necessidade de crescimento econômico. Acredito que haja uma influência excessiva no governo de economistas mais jovens, que estudaram no exterior e que parecem convencidos de que podemos nos conduzir como os países da Europa, com uma disciplina germânica. Para os europeus, que já são desenvolvidos, os problemas são outros, de outra natureza. Para os países ricos, os principais pontos de uma estratégia nacional são a segurança e a qualidade de vida, porque eles não precisam mais crescer, já são desenvolvidos. Basta que tenham um crescimento de 2% para dar um

arejamento nas atividades econômicas, dar lugar a novas iniciativas, mas não é necessário para eles fazer a economia crescer. Nós não podemos transpor para cá essa concepção. Precisamos crescer.

JE - O governo falava em crescer 4%, 4,5%, antes da crise de energia...

Dias Leite - Se formos crescer 4% ou 5%, como os nossos economistas oficiais consideram satisfatório, será necessário um número grande de anos para chegarmos a um nível de vida razoável. Nesses patamares, vamos levar 40 anos para chegarmos ao início do estágio dos países desenvolvidos. Eu não sei se a população está disposta a cumprir e aprovar isso. Crescendo mais, podemos atingir esse objetivo na metade do tempo. Dada a complexidade, a inter-relação dos problemas e a inserção nesse mundo das finanças globalizadas precisamos de uma estratégia muito bem estudada, definida, examinando todos os aspectos e as contradições que existem nos organismos internacionais, onde não podemos conseguir tudo mas explorar

"A crise na energia elétrica veio apenas colocar claro que não existe uma estratégia nacional centrada na necessidade de crescimento econômico"

"A sociedade está se comportando muito melhor. Está tratando do problema brasileiro. Ela não está dando apoio ao governo. Ela está se prontificando a ajudar a solução de um problema nacional"

bem essas contradições que existem. Mas a base teria que ser o crescimento. E então as metas de inflação e outras metas monetárias seriam condicionadas ao crescimento, e não o inverso, que é válido para a Europa mas que não é válido transpor para o Brasil.

**JE** - O sr. diz que os economistas novos não estão levando em conta o longo prazo. A geração atual só pensa no curto prazo?

**Dias Leite** - Acho que é isso. A parte financeira dessa geração não pensa no curto prazo - ela pensa no curtíssimo prazo. Estão interessados no próximo mês, se vai cair ou não tal índice. É uma obcecação com as oscilações das taxas de juros. O Banco Central sobe os juros e dois meses depois desce e depois sobe, tudo em função do curtíssimo prazo.

**JE** - Essa obcecação reflete a hegemonia do mercado financeiro no governo?

**Dias Leite** - Acho que sim, obediência, não é mesmo? A crise de energia é o mais puro exemplo, porque na energia não existe nada no curto prazo, a não ser a prestação do serviço. Se tocarem mesmo os investimentos que estão sendo anunciados hoje, é coisa para 2005 porque 2002, 2003 já eram.

**JE** - Estamos nas mãos do imponderável?

**Dias Leite** - Muito pior. Temos que reiniciar uma fase como a dos anos 50, de escassez permanente, sem energia durante bastante tempo, em que as decisões dos empresários vão ser tomadas em função da perspectiva de escassez de energia, numa situação pior ainda do que era. Temos uma porção de projetos na área de energia que estão parados, não se toma uma decisão. Há que tomar uma decisão! Os ambientalistas não estão muito preocupados com energia. Está se verificando, em geral, que os projetos não andam. O prazo delas é longo e exige uma decisão pronta para que se iniciem.

**JE** - O Brasil, no setor hidrelétrico, já foi referência, com escritórios de engenharia atuando no exterior e

sendo consultados para pesquisas, o que hoje não há mais.

**Dias Leite** - Há uma desnacionalização das cabeças. Talvez, tenhamos que concluir, hoje, que todo o esforço de mandar gente para estudar

no exterior, buscar especializações, tenha sido um erro, porque desnacionalizou as cabeças. Os méritos do que foi feito anos atrás, hoje são desprezados. Eu participei um pouco como comentarista no princípio do programa de privatização do setor elétrico. Os ingleses vieram com o modelo deles, que não se coadunava com a nossa disponibilidade física. Eles se recusavam a entender o funcionamento de um sistema hidrelétrico. Esse conhecimento adquirido, essa competência que existia nos nossos escritórios de engenharia, para os quais o Banco Mundial apelava para levar-

mos a nossa experiência a países menos desenvolvidos, tudo isso está aí arrasado. Acho que o caso da energia elétrica é apenas um exemplo, de um fenômeno geral que teve repercussão também em outros setores.

**JE** - Hoje o governo fala em retomar o programa de substituição de importações. O que o sr. acha disso?

**Dias Leite** - No passado, quando foi aplicada, a política de substituição de importações era necessária e foi eficiente, sendo um dos fundamentos da criação da nossa infraestrutura industrial. Depois veio um exagero desse objetivo e como toda política declinou em sua importância. Mas a reação que houve foi tão extremada, que se passou a dizer então que aquela política nunca teria sido válida, mesmo na época em que nos fez avançar e crescer.



Hoje acredito que há lugar para ações específicas, de aprofundamento da capacidade nacional, por exemplo. Mas que não se deve passar a ver a substituição de importações como uma tese absoluta. Devemos olhar para ela como a possibilidade de desenvolvimento de determinados nichos, que os especialistas no assunto é que vão examinar e indicar que tipo de indústria é mais necessária, qual atividade, etc.

**JE** - O embaixador Samuel P. Guimarães chama atenção para a contradição entre essa política de atrair empresas estrangeiras e o fato de, ao mesmo tempo, setores do governo e do empresariado defenderem tarifa zero, nas áreas para as quais se quer atrair capital estrangeiro - bens de capital, telecomunicações, por exemplo. O que o sr. acha disso?

**Dias Leite** - Nesse trabalho que encaminhamos ao presidente da República, que é fruto da participação de mais de 20 colaborações, procuramos encontrar as questões específicas cujas soluções precisam ser compatibilizadas. Em primeiro, o reconhecimento da complexidade econômica brasileira hoje, que requer visão simultânea de todos os ângulos das questões, como a ambiental e a social. A realidade é que a característica fundamental do governo tem sido a falta de coordenação entre as várias ações setoriais, até mesmo porque não há uma estratégia nacional de desenvolvimento.

**JE** - E o que seria hoje essa estratégia? Tem aí o programa Avança Brasil...

**Dias Leite** - O programa Avança Brasil é um programa de obras, como as que eram feitas no tempo em que o governo realizava obras. Trata-se agora de um programa anacrônico, que não configura uma estratégia de desenvolvimento para as condições do Brasil de hoje. É verdade que houve um período em que predominou uma convicção da necessidade de um Governo com o sentido de dirigir a Nação e assumir os desafios do desenvolvimento. Isso aconteceu. Ocorreu, no entanto, uma reação a esse papel, que veio de uma forma muito forte e com influências externas, defendendo no sentido

*"A parte financeira dessa geração não pensa no curto prazo - ela pensa no curtíssimo prazo. Estão interessados no próximo mês, se vai cair ou não tal índice. É uma obcecação com as oscilações das taxas de juros"*

oposto, uma redução do papel do Estado. Com o passar do tempo se está verificando que nós temos que reduzir o tamanho do governo. Só que isso não pode e não deve significar o desaparecimento do governo; mas, sim, que mudam o papel e a função do governo, que hoje atua como um coordenador dos serviços concedidos, da forma como já comentamos.

**JE** - *Os críticos da abertura rápida do mercado brasileiro, sem vantagens correspondentes para o país, afirmam que isso tudo foi um erro e resultou em desindustrialização. O sr. está de acordo com isso?*

**Dias Leite** - Sim. A informação que eu tenho é a de que na Rodada Uruguai, quando se criou a OMC, os próprios países ricos puseram ressalvas quanto aos setores que lhes interessam proteger a atividade, enquanto o Brasil partiu simplesmente para a redução de tarifa e abertura de comércio. Em nenhum momento o Brasil disse: "bem, esse setor eu quero proteger durante cinco anos, esse aqui tanto tempo". Não, o Brasil aceitou e partiu logo para redução geral de tarifas.

**JE** - *O que o sr. acha da ALCA?*

**Dias Leite** - Não estou acompanhando o que está acontecendo nas mesas de negociação e nem os jornais publicam. Mas essa é uma pergunta de muita amplitude. A ALCA pode ser boa e pode ser ruim. Eu acredito que tem havido avisos suficientes nas missões que estão discutindo, que se leve em consideração as necessidades, a importância das contrapartidas que se quer garantir. Agora, a probabilidade de se conseguir essas contrapartidas não é alta porque todas elas decorrem de condições políticas internas dos EUA, onde há fortes oposições ao que nós pretendemos. É possível que o próprio negociador americano, por exemplo, não tenha forças para deslocar uma posição pois está pressionado pelas forças internas do seu próprio país. Então, é um país muito complexo. Não é um monólito. Há um negociador que é do Departamento de Estado e outro do Comércio, que atuam mediante um forte lobby que existe na sociedade americana.

**JE** - *O sr. acha que o Mercosul ainda pode vingiar ou ele está mortalmente ferido?*

**Dias Leite** - É uma pergunta muito difícil. Penso que devemos prosseguir na busca para uma ampliação a outros países da América do Sul. Embora não seja exatamente no mesmo nível da ALCA, há aqui também uma grande desigualdade, onde países como o Uruguai, Equador, Bolívia estão colocados em posição de inferioridade diante do Brasil, o que faz com que tomem tendência a se abrir para essas negociações outras.

**JE** - *Não se pode dar mais importância ao combate à inflação do que ao desenvolvimento. O sr. estaria de acordo?*

**Dias Leite** - Completamente de acordo. Existe evidência empírica de que não seja possível alcan-

**"A maioria dos países cresceu com taxas de inflação acima das de crescimento. A estabilidade monetária zero é uma fantasia total e só existiu ao tempo de Oliveira Salazar, em Portugal"**

çar estabilidade do jeito que anunciam - a estabilidade zero. Dados do Banco Mundial, relativos ao período 90/98, dos quais excluí países pequenos, revelam que o ritmo mais forte de crescimento - acima de 7% ao ano - foi alcançado por apenas cinco países, dentre os quais dois com inflação explosiva (Sudão e Vietnã). Na China, os índices de crescimento e inflação foram equivalentes (11,2% e 11,3%, respectivamente). No Chile, a inflação (10,5%) foi maior que o crescimento (7,9%) e apenas na Malásia a inflação (4,1%) foi menor que o crescimento (7,4%). Na faixa de crescimento médio - de 6% a 7% ao ano - situaram-se a Índia e Myanmar (antes Birmânia), a primeira com inflação de 9,7% e a segunda, explosiva. Na faixa de menor crescimento - de 5% a 6% - 12 países no caminho do desenvolvimento, sendo dois com inflação explosiva e 10 com inflação entre 5,2% e 12,9%. Apenas a Coreia e a Tailândia tiveram índices de inflação ligeiramente inferiores ao de crescimento. Nessa mesma época, os países desen-

volvidos do G-7 mantiveram índices de inflação de 1,0% (Japão) a 4,2% (Itália) e de crescimento entre 1,2% (Itália) e 3,2% (EUA). O índice médio da inflação superou o do crescimento. A maioria dos países cresceu com taxas de inflação acima das de crescimento. A estabilidade monetária zero é uma fantasia total e só existiu ao tempo de Oliveira Salazar, em Portugal: zero de inflação e zero de crescimento.

**JE** - *Os anos em que o país mais cresceu havia inflação. Como conjugar crescimento e inflação?*

**Dias Leite** - A impressão que tenho é a de que não adianta tentar fazer como a experiência do passado, porque não se repete a história. Há 20 anos atrás, o mundo era outro. Mas



existia um limite. Não se pode dizer: eu vou crescer, mesmo que a inflação vá a 30%, 40%. Não é assim também. O limite para romper a estrutura toda do país é muito elevado. Quando participei do governo, tínhamos crescimento de 10% com uma inflação declinante até de 16% e o país funcionava.

**JE** - *Qual o papel das empresas estrangeiras na nova estratégia de desenvolvimento que o sr. defende em seu trabalho?*

**Dias Leite** - Para que estejamos inseridos num movimento internacional nós temos que estar abertos para a instalação de empresas estrangeiras. O que não devemos é ficar esperando que os problemas que temos sejam resolvidos pela entrada das empresas estrangeiras. Temos que fortalecer a nossa iniciativa, a iniciativa privada nacional. Que ela se associe a empresas estrangeiras ou não é outra questão. É cabe ao governo trazer linhas de crédito, principalmente com o desenvolvimento do Banco do Brasil, para fortalecer a posição dessas empresas quando as inici-

ativas forem surgindo. Não há nada contra a presença das empresas estrangeiras, mas o nosso futuro não pode depender da iniciativa delas.

**JE** - *Mas em que setores o sr. vê a atuação preferencial dessas empresas?*

**Dias Leite** - Acho que a nossa tradição é preservar as comunicações. Antes era a imprensa, a obrigatoriedade do proprietário ser brasileiro. Depois teve o tempo do petróleo, mas esse também já passou.

**JE** - *O sr. considera em sua análise que as políticas sociais para serem executadas necessitam que a economia esteja em desenvolvimento acelerado. O sr. pode explicar melhor?*

**Dias Leite** - Definitivamente, não podemos deixar de ter uma preocupação com a distribuição de renda, porque é uma realidade muito forte, inaceitável. Mas as políticas de renda não são exequíveis numa fase em que não haja crescimento econômico. Quando não há crescimento da renda, isso só é possível por via compulsória. Politicamente torna-se semelhante a uma ditadura absoluta, com a distribuição equitativa da miséria. Acredito na subordinação desse problema da distribuição ao crescimento da economia.

**JE** - *O presidente FHC justificou sua reeleição com a promessa das reformas estruturais, que não vieram. O que o sr. acha disso?*

**Dias Leite** - A situação dele ficou muito difícil. A considerar pelo que está acontecendo hoje, no país, principalmente com a crise do setor elétrico, parece-me que dificilmente ele conseguiria hoje fazer o seu sucessor.

**JE** - *É possível um cenário com a oposição no governo?*

**Dias Leite** - Nesse ponto vou lembrar uma orientação do tempo em que eu participava da equipe do ministro Santiago Dantas. Ele sempre dizia para que ficasse calado quando o assunto fosse sobre política. Acho melhor seguir essa orientação dele.

## Reflexões sobre o Ensino de Matemática no Curso de Economia

# Por que a Economia utiliza a Matemática?

João Lizardo de Araújo \*

A Economia se distingue das ciências naturais por não poder definir leis universais ligadas à essência das coisas, mas apenas leis de comportamento

A discussão provocada pelo manifesto dos estudantes e professores franceses contra o uso excessivo de conteúdos de base matemática nas ciências econômicas, divulgada pelo *JE*, levou-me a escrever estas notas sobre a utilidade dessa disciplina para os cursos de Economia. Minha experiência pessoal como docente e pesquisador junto à "Área Quantitativa" do Instituto de Economia da UFRJ, após quase 30 anos lecionando disciplinas de base matemática na COPPE/UFRJ, ITA e UFPb, permite fazer algumas considerações sobre as diversas necessidades das duas profissões quanto ao uso da matemática.

A questão seria o objetivo da formalização matemática e de disciplinas quantitativas num curso de Economia. Será razoável requerer dos economistas uma proficiência matemática da mesma profundidade que se exige dos engenheiros?

### Ciência Social

Sempre que possível, a Economia usa a Matemática para verificar a consistência lógica de raciocínios, e técnicas estatísticas econômicas para comparar resultados teóricos com os fatos reais. Todavia, as técnicas quantitativas são meramente os instrumentos possíveis do método científico; não são manifestações necessárias deste método e menos ainda seu fim último.

Em muitos casos, a formalização não pode ser usada. Não obstante, o economista pode e deve desenvolver um raciocínio rigoroso nesses casos. A opção relevante não é aquela entre o uso pleno de instrumentos idênticos aos das ciências naturais e o obscurantismo. Ao invés de buscar sistematicamente imitar métodos científicos desenvolvidos para o estudo de fenômenos físicos, os economistas deveriam

desenvolver métodos mais adequados ao seu objeto de estudo específico; isto não significa necessariamente números e equações.

A Economia é uma ciência social. Assim sendo, ela se distingue das ciências naturais porque não pode definir leis universais ligadas à essência das coisas, mas apenas leis de comportamento, historicamente condicionadas por instituições sociais e convenções, com relevância variável no tempo e no espaço.

Desta maneira, o uso da Matemática pelos economistas está condicionado por seu objeto, que são fenômenos sociais. Enquanto os engenheiros necessitam estudar leis físicas universais e têm um instrumental matemático específico para suas aplicações, para os economistas a questão é mais complexa.

O instrumental matemático mais difundido nos cursos de economia é útil e deve ser usado, mas tem suas limitações. Basicamente, estas decorrem de seu uso estar em geral associado à hipótese de racionalidade total ou de otimização clarividente com restrições. Ambos conjuntos de hipóteses têm pouca ou nenhuma plausibilidade, e seu prestígio parece estar mais ligado ao domínio dessa corrente – o *mainstream* – sobre o *establishment* acadêmico de economia do que a seus relativos êxitos para explicar a realidade.

Sempre me surpreende, por exemplo, o prestígio das técnicas sofisticadíssimas empregadas para análise de fundos de ações e construção de *portfolios*, quando se sabe que 75% dos fundos de ações administrados por especialistas, nos

EUA, têm desempenho abaixo da média do mercado, ao passo que heurísticas simples mostram desempenho igual ou acima dessa média!

### Pluralismo e competência

O peso do *establishment*, apesar dessas constatações, é tão grande que atualmente uma instituição que valorize abordagens alternativas tem uma tarefa difícil. Na medida em que busca preservar um espaço crítico, é natural tender a reduzir a ênfase em metodologias e instrumentos valorizados pelo *establishment*. Entretanto, cabem duas observações: primeiro, o espaço crítico requer pluralismo. Segundo, é necessário mostrar competência no uso e transmissão do

---

*"Enquanto os engenheiros necessitam estudar leis físicas universais e têm um instrumental matemático específico para suas aplicações, para os economistas a questão é mais complexa."*

---

aparato matemático utilizado pelo *mainstream*, para conservar influência (e expandi-la se possível) e atrair bons alunos, que legitimamente desejam ter um título valorizado no mercado de trabalho.

A estes dois pontos podemos acrescentar um terceiro: o raciocínio matemático (isto é, a capacidade de encadear e criticar raciocínios de maneira lógica, rigorosa e consistente sobre modelos abstratos, formais ou numéricos) é extremamente relevante para a economia nestes dias – e talvez sempre tenha sido. Além disso, muitas vezes os métodos usados pelo *mainstream* são os únicos disponíveis na atualidade para abordar certas classes de problemas (seria este um quarto ponto); até que abordagens alternativas levem à construção de métodos e instrumentos adequados, a proficiência no uso dos métodos

existentes é uma obrigação.

Entretanto, devemos temer a presunção de alguns economistas de que a formalização e quantificação bastam para tornar a Economia uma "ciência exata", a qual tende a uma visível "barroquização" das construções formais levada por vezes ao paroxismo. Mas a crítica dos excessos do *mainstream* não pode nem deve levar à ignorância e à incompetência com respeito aos instrumentos formais.

Atualmente, o ensino de economia deve levar em conta que para análise de determinados eventos o uso da matemática é imprescindível. É preciso estabelecer um diálogo permanente entre o conjunto de disciplinas conhecidas como "Área Quantitativa" e as outras, em contraposição ditas "Área Qualitativa". Estas seriam o núcleo, aquelas apenas instrumentos ancilares.

Na área quantitativa é necessário distinguir três grupos de disciplinas: i) disciplinas de base matemática geral (Cálculo, Análise, Álgebra Linear); ii) disciplinas probabilísticas, em geral voltadas para Inferência Estatística e Econometria, esta uma especialidade própria na Economia; e iii) disciplinas em Teoria dos Jogos e Otimização, intimamente ligadas à Teoria Econômica moderna, tratadas na área de microeconomia e economia industrial.

O desafio é que a utilização de métodos quantitativos não seja apenas uma expressão do dogmatismo do *mainstream*, como desejam alguns economistas, mas a legítima utilização e desenvolvimento de métodos adequados para análise de problemas econômicos.

\* João Lizardo de Araújo é professor Titular e Diretor de Pesquisas do Instituto de Economia da UFRJ.

## LIVROS COM DESCONTO

A EDITORA CAMPUS está oferecendo os livros abaixo, com desconto de 30% sobre o preço de capa, desde que sejam adquiridos no Conselho Regional de Economia-RJ. Trata-se de um convênio firmado entre uma grande editora e um órgão de representação da categoria com intuito de ofertar obras com vantagens e permitir o acesso de economistas a títulos de abrangente importância para a formação dos economistas.



**Economia Monetária e Financeira - Teoria e Política**  
Vários autores  
De: R\$ 55,50 Por: R\$ 38,50

- *A Ordem do Progresso*. Abreu, M.P. - De: R\$ 55,00 Por: R\$ 38,50
- *Avaliação Econômica de Projetos*. Buarque, C. - De: R\$ 44,00 Por: R\$ 30,80
- *História do Pensamento Econômico*. Hunt, E. - De: R\$ 59,00 Por: R\$ 41,30
- *Contabilidade Social*. Feijó - De: R\$ 39,00 Por: R\$ 27,30
- *Nada é Tudo*. Giannetti, E. - De: R\$ 33,00 Por: R\$ 23,10
- *Economia Internacional: Teoria e Política*. Kenen, P. - De: R\$ 95,00 Por: R\$ 66,50
- *Finanças Públicas - Teoria e Prática* - Giambiagi, F., Alem, A. De: R\$ 49,00 Por: R\$ 34,30
- *Macroeconomia: Teoria e Política Econômica*, Blanchard, O.J. De: R\$ 85,00 Por: R\$ 59,50
- *A Nova Economia Internacional: Uma Perspectiva Brasileira*, Gonçalves, R. De: R\$ 55,00 Por: R\$ 38,50
- *Informação e Globalização na Era do Conhecimento*, Lastres, H., Albagli, S. De: R\$ 49,90 Por: R\$ 34,93

Os interessados devem ligar para a Biblioteca Eginardo Pires, no Corecon/RJ.

Horário de funcionamento: de segunda a sexta, das 13h às 17h.  
Tel: (0xx21) 232-8178

# Rumos dos Cursos de Economia: Novas diretrizes curriculares e critérios de avaliação

Por iniciativa do CORECON/RJ, da ANGE e do IERJ, professores e coordenadores de cursos de Economia de diferentes instituições do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo e Rio Grande do Sul estiveram reunidos, no último dia 18 de junho, para um debate sobre o tema "Rumos dos Cursos de Economia".

A discussão se realizou em dois níveis: o primeiro, as novas diretrizes curriculares; e o segundo, os critérios de avaliação - exame nacional de cursos (provão) e condições de oferta.

Foram expositores dos painéis os professores Luiz Carlos Prado (UFRJ/Inep), Sheyla Carvalho Lima (Inep), José Ricardo Gonçalves (UNICAMP/Sesu-Mec), Ronaldo Rangel (CORECON) e José Luiz Pagnussat (ANGE).

Foram apresentadas informações sobre o trâmite das novas diretrizes curriculares no âmbito do Conselho Nacional de Educação e debatidos os riscos de essas dire-

trizes serem aprovadas de maneira excessivamente superficial e simplificada.

Os novos critérios de avaliação e divulgação dos resultados do provão também foram apresentados e debatidos e discutiu-se a possibilidade de que a nova metodologia adotada, baseada em desvio padrão, altere os resultados usuais, ampliando-se o número de cursos com conceitos C, D e E, em algum sentido piorando o "ranqueamento" das escolas de economia, quando comparadas com outros cursos.

Sobre as condições de oferta, o INEP vem buscando unificar os critérios de avaliação para todos os cursos oferecidos (sem prejuízo de algum grau de especificidade). Tais critérios serão válidos para todas as avaliações previstas em lei, quer sejam: autorização, reconhecimento, reconhecimento, etc.

A reunião não só possibilitou a troca de experiências por parte dos

coordenadores presentes, como também e principalmente permitiu que os representantes das diversas comissões do MEC colhessem as inúmeras sugestões e críticas apresentadas.

Ao contrário do que se esperava, notou-se a ausência de muitos cursos do estado do Rio e uma forte participação de IES de outros estados. Estiveram representadas no debate as seguintes instituições: UFF, UFRRJ, UERJ, UCAM, UNIVERSO, SUESC, Moraes Júnior e Gama e Souza (do RJ); UVV, FACEC, FINAC (do ES), FCEAPP, UNIFAC, UNIP, Ahembi Morumbi, Instituto Superior de Ciências Aplicadas e Oswaldo Cruz de SP); além da UFJF (MG) e PUC-RS.

Ao final do debate foi entregue o Prêmio de Monografia aos vencedores de 2000 do Prêmio CORECON de Monografia e lançado a sua XIIª edição, cujas inscrições irão até o próximo dia 25 de outubro.

## FISCALIZAÇÃO

## Ação prossegue nas empresas e Banco Central será multado

Em prosseguimento às informações que vêm sendo prestadas aos economistas sobre os processos de fiscalização impetrados pela Secretaria de Fiscalização e Registro do CORECON-RJ expomos o novo quadro a seguir:

**BNDES** - O jornal interno do banco, das semanas de 18 a 22 e 25 a 29, avisará aos profissionais que estão irregulares que nos dias 27, 28 e 29 de junho, o CORECON estará presente nas dependências da Associação de Funcionários (AFBNDES) para a regularização de tais profissionais.

**Embratel, ATL, Eletronuclear, INB, Telemar, Furnas e Instituto de Previdência do Município do RJ** - Essas empresas enviaram à Secretaria de Fiscalização e Registro do Conselho listas com os nomes dos profissionais que es-

tão exercendo atividades do campo profissional dos economistas. Os que estão em situação irregular estão recebendo notificações e se apresentando ao Conselho para a devida regularização profissional.

**FINEP** - Está marcada para o dia 22/06 a visita da equipe da Secretaria de Fiscalização e Registro do Conselho para regularização dos profissionais apresentados pela empresa.

**Vale do Rio Doce** - Apesar do pedido de dilatação do prazo para a apresentação da lista solicitada,

os economistas já estão se apresentando para regularizarem suas situações perante o Conselho.

**LIGTH e CEF** - Os economistas listados pelas empresas encontram-se regulares com seus registros profissionais.

**Banco Central (Bacen)** - Na Plenária de 30 de maio último foi votada a decisão de multa à instituição;

**Banco Brasil (BB)** - Estamos aguardando a decisão da Juíza da 9ª Vara - Drª Valéria Medeiros de Albuquerque.

CORECON/RJ

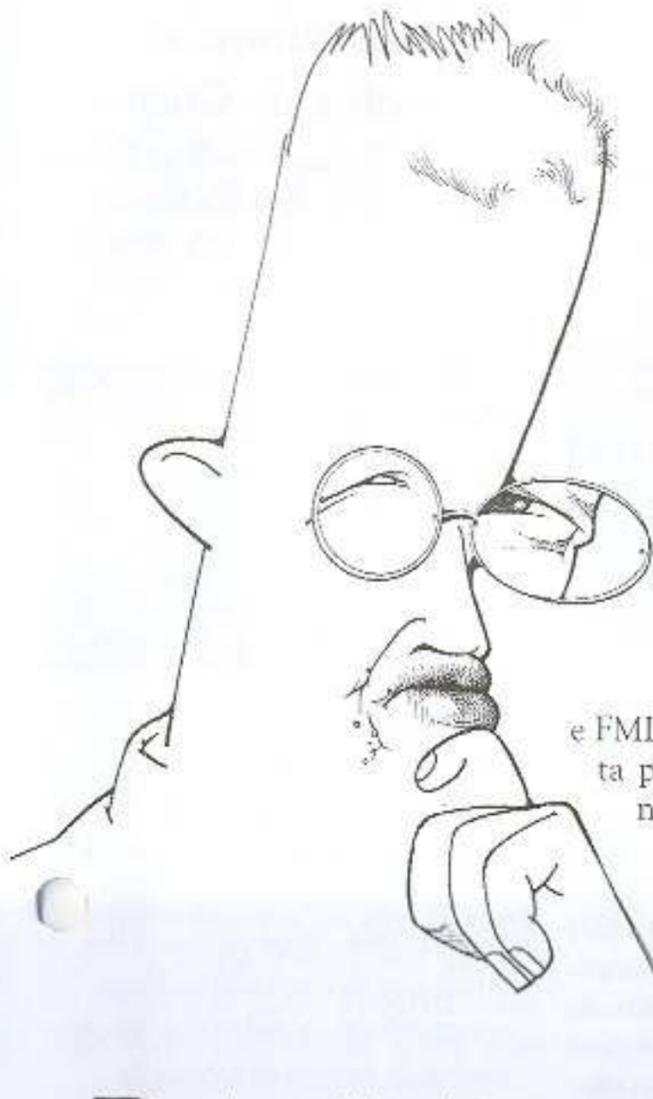
Zelando pelo exercício profissional em defesa da sociedade

Roberto Mangabeira Unger

## Segunda Via: o presente e o futuro do país

João Paulo de Almeida Magalhães \*

O novo livro do professor Mangabeira Unger retoma discussão sobre um modelo político e econômico alternativo ao neoliberalismo em curso no governo FHC. Além do parlamentarismo, o economista propõe uma economia que vincule poupança e produção



**R**oberto Mangabeira Unger é professor da Universidade de Harvard e autor de trabalhos internacionalmente conhecidos. Se em termos acadêmicos essa qualificação é importante, em termos políticos ela pode até ser considerada suspeita. Não estaríamos aqui diante de mais um professor americano (eventualmente de nacionalidade brasileira) tentando nos impingir o modelo neoliberal e nos conclamando a aceitar, de braços cruzados a globalização, quaisquer que sejam seus efeitos? A verdade, no caso, se acha no extremo oposto dessa suposição.

A tese de Mangabeira é a de que se deve dizer não aos interesses dominantes. Ou, em suas palavras: "Assim fizeram os países que hoje nos esmeramos em imitar. Insistimos em fazer o que eles dizem, em vez de fazer o que fizeram" (págs. 19/ 20).

Analisando a situação do Brasil afirma em outra parte: "O Estado, instrumento indispensável de mudança numa economia desigual (...), começou a ir para o brejo, econômica, administrativa e espiritualmente, sob uma onda irresistível de forças e idéias vindas de fora e chamadas por nomes toscos como - globalização e neoliberalismo" (pág. 212). Segundo ele, "tratamos com Wall

e FMI porque abraçamos, por conta própria, uma estratégia que nos tornou dependentes deles. Fomos nós que nos acorrentamos" (pág. 33).

Para Mangabeira, o pensamento disponível no mundo não serve para orientar as mudanças que

nos são necessárias. Nesse sentido, considera indispensável se formular uma alternativa latino-americana ao neoliberalismo. Temos que pensar com nossas próprias cabeças, em vez de glosar o último chute de um economista americano. E sintetiza da seguinte forma o objetivo de seu livro: "Este livro rejeita a idéia de integração subordinada à nova ordem do mundo. Repudio como horizonte dos nossos esforços a cópia das instituições políticas e econômicas dos países do Atlântico Norte" (pág. 31).

### Modelo político e econômico

O trabalho oferece modelo político e modelo econômico para o país. Em termos políticos, aceita a conveniência, a longo prazo, do parlamentarismo. Mas ele deve ser precedido de estágio presidencialista de novo perfil. Neste, haveria recurso a plebiscitos e referendos abrangentes. Tanto o presidente da República como o Congresso teriam direito de convocar eleições antecipadas.

Defende a adoção de listas fechadas de candidatos ao legislativo, de modo que o eleitor votaria em partidos e não em nomes de sua preferência. As eleições deveriam contar com financiamento público sendo, outrossim, necessário garantir amplo acesso das diferentes cor-

No que concerne à economia, sua proposta equivale a uma revolução institucional, levada adiante com base em certa modalidade de experimentalismo. A proposta é inovadora e complexa e o que a seguir se oferece são suas linhas mais marcantes.

Para Mangabeira, o essencial é ligar a poupança à produção. Presentemente, as empresas não se financiam com base na poupança captada pelos bancos mas através da retenção de lucros. Tal situação deve ser modificada. Nesse sentido, seria recomendável a proliferação de pequenos bancos e outras instituições de intermediação financeira. Papel relevante é atribuído aos fundos de investimento e aos fundos de pensão. Propõe igualmente a criação de instrumentos capazes de tornar compulsória a poupança privada.

Nesse modelo, têm papel fundamental as pequenas empresas, tanto industriais como agrícolas. Lembra o sucesso em outras parte do mundo de "clusters" desse tipo de empresas, amparadas pelo governo (ou por instituições intermediárias entre o governo e as empresas) não somente através de financiamentos como de capacitação tecnológica. Sublinha a importância da cooperação nesse programa.

Para que ele possa ser implantado é indispensável o aumento, a curto prazo, da receita pública. Propõe que isso seja conseguido através de impostos indiretos. A regressividade destes seria compensada pela forma de aplicação da receita obtida.

### As três estratégias

Mangabeira reconhece a existência de três propostas de estra-

ta, adotada pelo atual governo, de "Paleoortodoxia" equivalente aos programas passados de Oliveira Salazar, Campos Sales e Joaquim Murinho. Considera que um dos seus corolários será a dolarização da economia brasileira.

A segunda estratégia é a "Locomotiva Exportadora", na qual o aumento das vendas externas comandaria o processo. Ele considera que nesta está quase tudo certo. Põe, todavia, em dúvida a capacidade das exportações para arrastarem toda a economia.

A terceira estratégia se acha configurada no que chama "Novo Protecionismo". Sob a alegação da necessidade de apoiar o mercado interno propõe-se, segundo ele, voltar à distorção de um protecionismo generalizado. Essa posição, conforme Mangabeira, é a defendida pelo PT e empresas que atendem ao mercado interno.

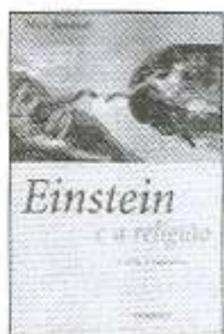
Em suma, a proposta de mudança feita pelo autor é ampla e corajosa. Sua discussão é importante porque, excetuando a equipe oficial, existe unanimidade prática entre os especialistas, no sentido de que o modelo econômico e político em curso no país registrou irrecuperável fracasso.

Se faz, assim, necessária uma decisão sobre um novo modelo econômico e político. E as próximas eleições presidenciais criam condições especialmente favoráveis para os debates sobre o tema. O livro do professor Mangabeira Unger tem tudo para constituir o primeiro passo de um grande debate nacional sobre o tema.

\* João Paulo de Almeida Magalhães é professor de Economia e membro titular

## Einstein e a religião

Autor: Max Jammer.  
Editora Contraponto.



A obra analisa em profundidade um lado quase ignorado da vida de Albert Einstein: suas concepções sobre Deus e as relações entre ciência e religião. Além disso, dedica um longo capítulo final ao impacto da Teoria da Relatividade sobre a teologia, discutindo a compatibilidade - ou não - das visões de mundo professadas por cientistas e teólogos contemporâneos.

O livro começa recuperando a atmosfera cultural que cercou a infância de Einstein. Mostra o desenvolvimento intelectual de um jovem que se tornou religioso aos 12 anos de idade e depois, sob inspiração da filosofia de Espinosa, desenvolveu a idéia de uma "religião cósmica", que muito influenciou sua conduta e sua concepção de mundo, mas na qual não havia lugar para um Deus pessoal. Por isso, Einstein foi muitas vezes acusado de ateu.

Porém, suas cartas, artigos e conferências, como um sem-número de registros de conversas pessoais, não deixam margem a dúvida de que foi um homem dotado de forte sentimento religioso, sempre em busca do sentido profundo da existência e consciente da relação íntima que liga religião e ciência. A revolução que fez em conceitos fundamentais, como os de espaço e tempo, bem como a criação da cosmologia científica, que seus trabalhos inauguraram, têm despertado crescente interesse entre os especialistas em teologia.

Informações adicionais:  
Tel. (21) 544-0206

## Organizações Espetaculares

Autor: Thomaz Wood Jr.  
Editora FGV/2001  
208 páginas / R\$ 32,00.



De acordo com a obra, o homem-ficção é uma tendência cada vez maior em todo o mundo e vem sendo incorporada com frequência por empresários, executivos e políticos.

São homens que buscam na arte cinematográfica a inspiração para atuar com sucesso, tanto na vida pessoal, quanto profissional. Por sua vez, renomados cineastas põem nas telas esse espetáculo da vida real.

O autor analisa a semelhança dessa simbologia de homem-personagem a partir de filmes como Citizen Kane (Orson Welles) e Lawrence of Arabia (David Lean), figuras que retratam a capacidade de liderança, bem como Goodfellas (Martin Scorsese), entre outros.

Thomaz Wood examina a construção de uma sociedade baseada na imagem e na espetacularização e vai buscar na arte a peculiaridade de personagem, que transpõe para a vida real o que mostra a ficção.

Nos últimos anos o mundo das organizações ganhou ares de palco, luzes e cores. Um universo faz-de-conta, onde a imagem é mais importante do que o conteúdo.

Dentre os grandes nomes, Bill Clinton é apontado como exemplo dessa inclinação cinematográfica.

Informações adicionais:  
editora@fgv.br

## Revista Estudos, Sociedade e Agricultura

Sociologia Rural, Sustentabilidade,  
Novas Ruralidades,  
Comunicações/Resenhas

Trata-se de uma publicação semestral da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro do Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.



Esta edição (de outubro de 2000) traz os seguintes artigos: O futuro da sociologia rural e sua contribuição para a qualidade de vida rural, de José de Souza Martins; O dilema dos transgênicos, de Gian Mario Giuliani; Críticas Ambientalista à Revolução Verde, de Roberto José Moreira; Atribuindo sentido(s) à noção de desenvolvimento econômico, de Renato S. Maluf; A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas - o rural como espaço singular e ator coletivo, de Maria de Nazareth Baudel Wanderley.

E ainda: Tradiciones y nuevos modelos de ruralidade en las regiones del Mediterráneo, de Maria Fonte; A identidade cultural desafia a globalização: o desabafo dos agricultores franceses, de Paulo Eduardo Moruzzi Marques e Susana Inez Bleil; O Quatrilho: casamento, amor e estratégias de reprodução social camponesa, de Renata Menasche; O lugar de Caio Prado Jr. na cultura política brasileira, de José Antonio Segatto; e O trabalho como liberdade, de Antonádia Monteiro Borges.

Informações adicionais:  
estudoscpda@alternex.com.br

## Estrutura e Análise de Custos

Autores: Rolando Beulke e Dalvio José Bertó - Editora Saraiva  
1ª Edição/2001 - 328 páginas  
R\$ 44,00.

Na obra são discutidas questões do cotidiano das empresas, como, por exemplo, política de preços, estratégias de negócios, monitoramento do desempenho econômico e planejamento e controle do ciclo interno de atividades, sempre visando à maximização do resultado.

Há ainda um capítulo dedicado às aplicações contábeis dos custos, de forma que as empresas possam ter a oportunidade de reduzir os inconvenientes do excesso da tributação.

Temas atuais, como custo padrão ou standard e gestão participativa, são discutidos, tendo em vista a estabilidade econômica e a crescente integração do mercado global, temas recorrentes no mundo de hoje, marcado pela grande influência das agências multilaterais.

Neste livro encontram-se também aspectos conceituais, de diferenciação e adequação dos sistemas às necessidades de cada segmento da economia e os mecanismos de controle das informações físicas e monetárias.

Informações adicionais:  
vzanocco@editorasaraiva.com.br

## LIVROS COM DESCONTO

A Editora FGV está oferecendo os livros abaixo, com descontos de 30% sobre o preço de capa, desde que sejam adquiridos no Conselho Regional de Economia - RJ. Trata-se de um convênio realizado entre uma grande Editora e um órgão de representação da categoria, com o intuito de ofertar obras com vantagens e permitir o acesso de economistas a títulos de abrangente importância para a sua formação.

Os interessados devem ligar para a Biblioteca Eginardo Pires, no Corecon/RJ.

**Horário de funcionamento:**

De Segunda a Sexta das 13 às 17h. Tel: (0xx21) 232-8178.

### ▼ GESTÃO DE ONGS

Fernando G. Penório  
De: R\$ 21,00 Por: R\$ 14,70

### ▼ MERCOSUL: PERSPECTIVAS DA INTEGRAÇÃO

A. S. Brandão e Lia V. Pereira  
De: R\$ 43,00 Por: R\$ 30,10

### ▼ FLEXIBILIDADE DO MERCADO DO TRABALHO NO BRASIL

José Márcio Camargo  
De: R\$ 42,00 Por: R\$ 29,40

### ▼ PENSAMENTO POLÍTICO

Roberto Campos  
De: R\$ 31,00 Por: R\$ 21,70

### ▼ AS REGRAS DO JOGO: O PLANO REAL: 1997-2000

Jorge Vianna Monteiro  
De: R\$ 31,00 Por: R\$ 21,70



Reginaldo Teixeira Perez

O pensamento político de Roberto Campos: da razão do Estado à razão do mercado: 1950-95

De: R\$ 29,00  
Por: R\$ 20,30

### ▼ CUSTOS - UM ENFOQUE ADMIN. - VOL. I

George G. Leone  
De: R\$ 43,00 Por: R\$ 30,10

### ▼ CUSTOS - UM ENFOQUE ADM. - VOL. II

George G. Leone  
De: R\$ 19,00 Por: R\$ 13,30

### ▼ ELEMENTOS DE MATEMÁTICA FINANCEIRA

Luiz A. F. Cavalheiro  
De: R\$ 25,00 Por: R\$ 17,50

### ▼ CONTABILIDADE FINANC. PARA EXECUTIVOS

Álvaro G. Oliveira  
De: R\$ 42,00 Por: R\$ 29,40

### ▼ ANÁLISE CONTÁBIL - ANÁLISE DE BALANÇOS

Américo M. Florentino  
De: R\$ 23,00 Por: R\$ 16,10

### ▼ CICLO DE VIDA DAS ORGANIZAÇÕES

Eugênio Carvalhal e Geraldo Ferreira  
De: R\$ 21,00 Por: R\$ 14,70

## Análise da aplicação do Orçamento - 1999/00/01

# Barra da Tijuca e Jacarepaguá concentram recursos e projetos de urbanização

Nesta edição, a equipe do Fórum do Orçamento Popular busca desvendar as formas como são distribuídos os recursos orçamentários do Município, pondo luz sobre as desigualdades e as concentrações que têm caracterizado essa distribuição nos últimos anos

As Áreas de Planejamento (APs) são regiões do município, administrativamente divididas, por onde se orientam as distribuições das dotações orçamentárias. As APs são cinco e correspondem genericamente às seguintes áreas: AP 1 - Centro; AP 2 - Zona Sul; AP 3 - Zona Norte; AP 4 - Barra da Tijuca e Jacarepaguá; e AP 5 - Zona Oeste. A análise, a seguir, dos projetos e atividades passíveis de serem identificados por AP foi feita em separado, porém, por falta de espaço somente demonstraremos os dados agregados.

As dotações das atividades são mais específicas para cada diferente AP, não havendo união dos valores de uma com outra, o que não é verificado nos projetos, por isso apresentamos em grupamentos - AP 1 e AP 2, AP 4 e AP 5.

As distribuições relacionadas às atividades não obtiveram muitas alterações na proporção dos recursos de um ano para o outro, demonstrando uma continuidade. Quando houve uma diminuição no ano, esta foi acompanhada em todas as APs.

### Zona Norte tem o menor investimento per capita

Analisando-se os recursos públicos per capita, verifica-se que o menor se localiza na Zona Norte (AP 3) e o maior no Centro (AP 1), bastante explicável pela baixa densidade demográfica desta área e, sobretudo, pela alta necessidade de manutenção devido ao desgaste sofrido pela antiga infraestrutura.

Os projetos são distribuídos de forma desigual pelas APs. Tanto as despesas realizadas em 1999 e 2000 como as dotações iniciais de 2001 estão mais concentradas nas AP 4 (Barra e Jacarepaguá) e AP 5 (Zona Oeste) - em torno de 55% do total dos recursos destinados aos projetos. A Zona Norte (AP 3) é a que possui menos despesa

realizada e onde a dotação para 2001 é menor, somente 20% do total dos recursos. Contudo, durante os anos, cada AP recebeu aproximadamente a mesma quantidade. Uma outra constatação é a de que, mesmo quando se verifica quanto é investido em projeto per capita, confirma-se uma maior concentração de investimento nas AP 4 e AP 5. Em média, são R\$ 16 por habitante, enquanto a AP 3 são R\$ 5 por habitante.

Analisando o total das APs, projeto e atividade, pelo gráfico observamos que as despesas realizadas nos anos de 1999 e 2000 são praticamente equivalentes. Com exceção das AP 1 e AP 2, em que há uma diminuição de aproximadamente R\$ 45 milhões, no ano de 2000.

Para 2001 há uma previsão de maiores investimentos, porém, eles podem ou não se concretizar. Ocorre uma maior concentração de verbas nas AP 4 e AP 5, seguidas pela AP 3 e, por último, as AP 1 e AP 2, ao longo dos três anos pesquisados.

Contudo, ao se fazer o cruzamento com os dados da tabela, que mostra a quantidade de investimento per capita (dados da população de 2000, publicados no Diário Oficial do Município, no dia 28 de maio de 2001), notamos alguns detalhes que o gráfico esconde.

Confirmamos que Barra, Jacarepaguá (AP 4) e Zona Oeste (AP 5) recebem maior volume de investimento por habitante, mesmo possuindo a maior população absoluta; enquanto que a Zona Norte (AP 3), que tem uma população quase tão grande quanto as

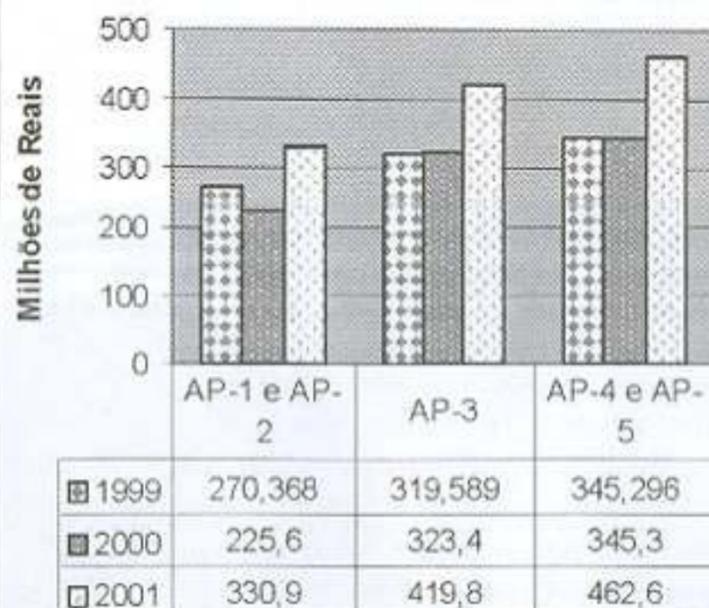
anteriormente mencionadas, acaba recebendo um valor per capita menor que o Centro e a Zona Sul (AP 1 e AP 2), contrariando os dados do gráfico. Entretanto, ao analisar as metas dos projetos que unem as regiões, nos deparamos com a dificuldade criada pela grande abrangência

destes agrupamentos, pois neles incluem-se bairros que têm, em média, uma elevada discrepância do padrão de vida, como B. Tijuca e Santa Cruz. Fica assim obscura a distribuição das verbas entre essas áreas, e não há como afirmar se são suficientes para suprirem as necessidades da população.

A Zona Oeste (AP 5), por exemplo, é uma área considerada carente e que ainda necessita de um volume de investimento significativo para elevar a sua qualidade de vida. Já o Centro (AP 1) e a Zona Sul (AP 2) possuem uma infraestrutura urbana mais desenvolvida, em relação às outras áreas da cidade, e uma população que vem decrescendo com o passar do tempo. É possível, portanto, que isso explique a menor fatia dos recursos.

Terá então, a Zona Norte (AP 3), que possui a menor dotação por

Distribuição de recursos entre as APs



residente, seu desenvolvimento prejudicado e ficará atrasada frente às demais? E as APs 4 e 5, mesmo com a maior parcela dos recursos, vão conseguir se equiparar às APs de melhor infraestrutura? Os questionamentos permanecem em relação às futuras consequências da atual distribuição dos recursos do Orçamento Municipal.

\* O texto acima é de autoria de Paula Mota e Fernanda Oberlaender, estagiárias de Economia, sob a supervisão do economista Luiz Mario Behnken, que participam do Fórum Popular do Orçamento.

As reuniões do Fórum Popular do Orçamento são abertas à participação de qualquer pessoa e realizadas todas as quintas-feiras, às 18h, na sede do CORECON-RJ.

CORECON: Av. Rio Branco, 109 - 19º andar - Rio de Janeiro/RJ - CEP 20054-900

Tel. (21) 232-8178 - Fax (21) 509-8121

Correio eletrônico: fporj@bol.com.br • Portal: <http://www.economistas.com.br>

Lista de discussão: [forumrio@rits.com.br](mailto:forumrio@rits.com.br)

# INB pune cinco dirigentes sindicais

João Manuel Gonçalves Barbosa\*

**A direção da INB puniu cinco funcionários, todos dirigentes sindicais, suspensos ou advertidos após solicitarem intermediação da Procuradoria do Trabalho, para inclusão no Acordo Coletivo de cláusulas sobre Saúde, Segurança e Proteção ao Meio Ambiente**

A gestão do Programa Nuclear Brasileiro tem sido associada a queixas e problemas envolvendo desde danos aos cofres públicos a riscos ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e da população. Na Indústria Nucleares do Brasil (INB - sucessora da Nuclebrás), a malversação e a condução equivocada de projetos são recorrentes.

Esta empresa encontra-se atualmente vinculada ao ministério de Ciência e Tecnologia, mas subordinada aos interesses estratégicos da Marinha de Guerra Brasileira. É tem se caracterizado pelo uso intensivo de medidas administrativas ilegais, com o seguido recurso a intimidações, punições e outras formas de violência para cercear a liberdade de seus empregados.

Os atuais ministros da Justiça e da Ciência e Tecnologia estão entre os que já tomaram pleno conhecimento da má gestão e de desvios de conduta na gestão do bem público, em audiência com dirigentes sindicais. No vasto elenco de complexos problemas apresentados - dentre eles a, até hoje não explicada, perda de toda

a Reserva Estratégica Brasileira de Urânio, em uma negociata internacional - é possível listar desde os interesses envolvendo a INB com o projeto de enriquecimento de urânio da Marinha de Guerra, até os armazenamento de substâncias tóxicas.

rejeito em Caetité (BA). Além desses itens, o aumento abusivo de remuneração da diretoria da empresa, perpetrado em causa própria, e sem o correspondente reajuste dos demais setores laborais.

Nos últimos dias, possivelmen-

sulas sobre Saúde, Segurança e Proteção ao Meio Ambiente e, em seguida, promovido Assembléias Gerais - legalmente convocadas. Foram aprovadas, por ampla maioria, as propostas recusadas pela direção da empresa, entre elas, a que delimita responsabilidades em relação ao início das operações de enriquecimento de urânio pela Marinha de Guerra, em instalações civis às margens do rio Paraíba do Sul.

A um histórico marcado por omissões e morosidade na adoção das medidas necessárias para assegurar plenas garantias a trabalhadores, população e meio ambiente, assim como pela falta de transparência em seus procedimentos de gestão, os recentes acontecimentos demonstram que a direção da INB avança na tentativa de silenciar, pela força, vozes preocupadas com o bem estar de pessoas, a preservação da natureza e a probidade da administração da empresa.

\* João Manuel Gonçalves Barbosa é coordenador de Relações Sindicais do Sindicato dos Economistas do Rio e Conselheiro Efetivo do CORECON-RJ.

*Não são poucas as irregularidades: liberação de toneladas de gás freon e amônia para o meio ambiente em Itatiaia (RJ); abandono, a céu aberto, de material radioativo em Caldas (MG); abandono de urânio e tório radioativos em Interlagos SP); enterro clandestino de composto contendo urânio, tório e mesotório em Caldas; enterro clandestino de material radioativo em Buena (RJ); e vazamento da bacia de rejeito em Caetité (BA)*

Não são poucas as irregularidades: liberação de toneladas de gás freon e amônia para o meio ambiente em Itatiaia (RJ); abandono, a céu aberto, de material radioativo em Caldas (MG); abandono de urânio e tório radioativos em Interlagos SP); enterro clandestino de composto contendo urânio, tório e mesotório em Caldas; enterro clandestino de material radioativo em Buena (RJ); e vazamento da bacia de

te visando a intimidação dos que têm denunciado a problemática gestão da INB, a direção da empresa puniu cinco funcionários, todos dirigentes sindicais. Foram suspensos ou advertidos dirigentes de três sindicatos, entre eles, um do Sindicato dos Economistas do Rio, logo após terem solicitado intermediação da Procuradoria Regional do Trabalho da 1ª Região, na tentativa de fazer incluir no Acordo Coletivo cláu-

**JORNAL DOS ECONOMISTAS RJ**  
CORECON-RJ - SINDECON-RJ - IERJ

PORTE PAGO  
DR/RJ  
PRT 0735/2000



IMPRESSO

Entregue aos Correios até 29.06.2001